

# Ulysses quer votar domingo sistema de governo

BRASÍLIA — O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse aos presidentes de 10 partidos — PFL, PDT, PCB, PC do B, PDC, PL, PT, PTB e PDS — com quem se encontrou para discutir saídas para a crise, que o sistema de governo deve ser votado no domingo. Ao líder Mário Covas, confidenciou, segundo um dos vice-líderes do senador pemedebista, que quer colocar em votação até a próxima quarta-feira a duração dos mandatos dos presidentes da República.

A preocupação de Ulysses em definir logo o destino do governo Sarney pelo voto, sem a possibilidade de um rompimento formal, não foi revelada publicamente. Mas, segundo alguns participantes da reunião, ela foi decisiva para neutralizar as posições dos presidentes do PDT, Leonel Brizola, do PFL, senador Marco Maciel, e dos partidos de esquerda.

Brizola queria uma definição clara, em nota oficial, a favor do presidencialismo; Maciel propunha um grande pacto para resolver a crise econômica, e a esquerda pretendia uma manifestação contra o governo Sarney. Ulysses venceu e a nota conjunta, de apenas sete linhas, diz que os partidos estão unidos em torno do fortalecimento da democracia e consideram, para isso, "indispensável a pronta conclusão dos trabalhos da Constituinte".

A reunião começou às 9h30 e durou duas horas. À saída, Ulysses leu a nota e saiu às pressas para um compromisso com o governador de Goiás, Henrique Santillo.

Todos os presidentes de partido, de Salomão Malina, do PCB, a Jarbas Passarinho, do PDS, fizeram questão de ressaltar que o mais importante não era o que a reunião havia decidido, mas o fato de ela ter acontecido. "Nunca houve nada parecido no Brasil", disse Brizola, para quem o encontro foi uma demonstração ao governo Sarney e à nação de que a legalidade e a conclusão da transição serão garantidas não apenas pelo que pensam os militares, mas também pelos partidos.



Ulysses ganhou, mas Brizola gostou da reunião

## Brossard volta a reunir ministros e diretas-88 são de novo condenadas

BRASÍLIA — Mais sete ministros, entre eles os do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e da Aeronáutica, Moreira Lima, reunidos no gabinete do ministro da Justiça, Paulo Brossard, condenaram a realização de eleições para presidente da República este ano. Com essa segunda reunião promovida por Brossard em menos de 10 dias, já são 21 (o total é 27) os ministros dispostos a lutar pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

O grande ausente, mais uma vez, foi o ministro da Previdência, Renato Archer, que, segundo assessores de Brossard, havia confirmado sua presença, a exemplo do que fizera no encontro anterior. À reunião de ontem compareceram, além de Leônidas e Moreira Lima, os ministros das Minas e Energia, Aureliano Chaves; da Educação, Hugo Napoleão; do Interior, João Alves; dos Transportes, José Reinaldo; e da Agricultura, Iris Rezende.

"As posições foram unânimes", disse Brossard quando um repórter lhe perguntou se Aureliano havia defendido ponto de vista diferente. Os ministros discutiram também os itens já aprovados pela Constituinte, sobretudo os referentes aos direitos sociais, e concluíram que a futura Constituição tornará o país governável.

## Mesa da Constituinte decide hoje se volta a investigar fraude

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte decide hoje se reabre as investigações para apurar quem votou pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA) no dia 9 de fevereiro passado, quando o filho do presidente José Sarney estava ausente do plenário. Acusado pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, de ter cometido a fraude, o senador Edison Lobão (PFL-MA) recebeu do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a informação sobre a reunião da Mesa.

Ulysses disse ao deputado José Tavares (PMDB-PR), autor de um requerimento para reabertura do caso, que gostaria de designá-lo presidente da nova comissão de sindicância. "Eu aceitaria, doutor Ulysses, desde que me fossem dadas as condições que um delegado tem para investigar um crime. Como deputado, eu não teria condições", respondeu, bastante sério, o parlamentar paranaense, que foi delegado durante dez anos.

No início da sessão, Ulysses presidia os trabalhos e Tavares o procurou para advertir: "Presidente, negócio é muito sério. Se a Mesa não tomar as providências que eu estou propondo, órgãos de imprensa tomarão e aí ficar bem pior a imagem da Assembléia Constituinte."

**Perícia** — Ulysses voltou-se para o corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que estava a seu lado: "Precisamos analisar isso seriamente na reunião de amanhã".

Também preocupado, Arbage concluiu que a melhor solução é pedir uma perícia. Mas a decisão caberá ao plenário, que apreciará as conclusões da comissão de sindicância. Será também do plenário a palavra final sobre a necessidade de se reabrir as investigações.

O deputado José Tavares entregou à Mesa da Constituinte um requerimento assinado por 182 parlamentares pedindo a reabertura das investigações. "Não podemos aceitar simplesmente a conclusão apresentada pela comissão constituída para a apuração dos fatos, sem que antes Vossa Excelência faça uso de todas as medidas cabíveis e necessárias, inclusive perícia, para a elucidação dos fatos", diz o documento.

## Moreira pede à bancada que fique para votar

O governador Moreira Franco, atendendo pedido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, orientou a bancada do PMDB do Rio de Janeiro para que permaneça em Brasília neste fim de semana, a fim de apressar a votação do projeto da Constituição. "Eu creio que a questão política essencial é nos unirmos para dar todo apoio aos nossos constituintes", declarou Moreira em entrevista após encontro com o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, no Palácio Laranjeiras.

Moreira disse que todos os juristas que consultou asseguraram que o presidente José Sarney não terá base legal para recorrer ao Supremo Tribunal Federal, se a Constituinte reduzir seu mandato para quatro anos.

Embora defenda "ainda a tese dos cinco anos", o governador Pedro Ivo também é contra o recurso ao STF. "A partir do momento em que a nova Constituição for aprovada, ela passa a vigorar na sua plenitude. O que ela estabelecer é o que deverá ser cumprido", afirmou.

## Partidos já podem se organizar livremente

A Constituinte correu tanto com seus trabalhos ontem que a sessão teve que ser suspensa às 18h30 para que não fossem votadas matérias em relação às quais os líderes dos partidos e grupos ainda não tinham concluído as negociações. Em três horas e meia foram apreciados os artigos finais do capítulo dos Direitos Políticos, o capítulo dos Partidos Políticos e iniciou-se a discussão do Título III, sobre a Organização do Estado.

A Constituinte decidiu que é livre a criação dos partidos políticos e que eles são autônomos para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. Com isso, promulgada a Constituição, o Estado não poderá mais interferir na vida dos partidos. Durante o regime militar, a Lei Orgânica dos Partidos chegou a definir que as convenções só poderiam ser realizadas nos domingos.

O plenário proibiu ainda a cassação ou suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, salvo nos casos de cancelamento de naturalização, incapacidade civil absoluta e condenação criminal transitada em julgado (ou seja, quando não cabe mais recurso a instância superior). Dessa forma, a cassação com motivação política, largamente aplicada durante o regime militar, ficou formalmente vedada pela Constituição. Outra decisão do plenário foi a de que qualquer alteração na legislação eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação, coibindo, portanto, os casuísticos eleitorais.

Em rápida votação, foi aprovado também o capítulo da Organização Político-Administrativa, o primeiro do Título III. O plenário manteve praticamente intactos os textos da Comissão de Sistematização e do *Centrão*, quase idênticos.

## Jovem é novo alvo

### Tarefa inicial é fazer eleitor estrear se interessar por política

Capacitados a votar a partir dos 16 anos de idade, os jovens se transformaram num alvo valioso pelos partidos políticos, que a partir de abril iniciam campanhas para atrair este eleitorado (são 5,7 milhões de jovens de 16 e 17 anos em todo o país, segundo o IBGE), que no Rio corresponde a 600 mil pessoas, de acordo com o TRE. Um dos candidatos à sucessão municipal mais empolgado com a decisão da Constituinte é o empresário e ex-candidato a senador, Hélio Paulo Ferraz, o *Super-Helinho*, que arrebanhou, nas últimas eleições, mais de um milhão de votos, 25% dos quais de jovens até 25 anos.

Mais do que nunca, o empresário, filiado ao PFL, pretende utilizar a estratégia de *marketing* que o popularizou entre as crianças e adolescentes: as máscaras e histórias em quadrinhos (inclusive na TV), sobre o personagem *Super-Helinho*. O candidato potencial do PV à sucessão do prefeito Saturnino Braga, o escritor Fernando Gabeira, também lucrou com a aprovação do voto a partir dos 16 anos. Assim, o PV pensa até mesmo em lançar a candidatura de Gabeira à Presidência da República, mesmo sabendo que não teria chances de vencer. Segundo o deputado Carlos Minc, a candidatura de Gabeira se transformaria numa grande campanha de conscientização em torno de questões defendidas pelo PV, como a ecologia e a paz.

Se os verdes têm dúvidas quanto às chances de Gabeira no pleito presidencial, nas eleições municipais eles apostam na vitória, como assegura Minc. Como o voto é facultativo para menores de 18 anos, o PV já anunciou que vai realizar uma grande campanha, à nível nacional, para incentivar os jovens a votar. O PT, outro partido muito beneficiado com a decisão, pretendefazer campanhas para estimular os jovens a participar de política. Embora nunca estivesse identificado com os jovens, o PDT também não quer perder esta fatia do eleitorado e vai aumentar o número de integrantes da Juventude Socialista, que hoje reúne 4 mil pessoas no estado.

Os jovens que completam 16 anos este ano (até o dia 6 de agosto), já estão habilitados a votar nas próximas eleições, de acordo com o TRE. O artigo 67 do Código Eleitoral permite o registro e a transferência de títulos de eleitor até 100 dias antes do calendário eleitoral (15 de novembro). Carteira de trabalho, de identidade ou certidão de nascimento serão os documentos necessários para que os jovens de 16 e 17 anos se alistem nas Zonas Eleitorais.

# O SETOR ELÉTRICO E A CONSTITUINTE

Carlos Nascimento (+)

É indiscutível a importância da eletricidade no mundo moderno. Em nosso País sua importância pode ser avaliada pela crescente participação da energia elétrica em relação ao consumo total de energia, que passou de 18% em 1970 para 40% em 1987, e pela evolução da potência instalada em usinas, que elevou-se de 23.000 MW em 1977 para 43.000 MW em 1987, contribuindo de forma marcante para impulsionar o Brasil à posição de oitava economia mundial.

Mesmo considerando-se as conservadoras metas do Plano 2010 da ELETROBRÁS, o País necessitará em torno de 58.000 MW em 1990, 103.000 MW em 2.000 e 160.000 MW no ano 2010. São números expressivos e que exigirão cerca de 6,5 bilhões de dólares anuais para a implementação das obras necessárias e esta capacidade de geração. E, vale lembrar, estas estimativas de demanda de energia têm como premissas taxas decrescentes de população, do PIB e dos KWH consumidos em relação às verificadas nos últimos quinze anos, e taxas crescentes de risco de déficit.

No contexto atual, o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUÉE) se apresenta como a única Fonte de Recursos assegurada, de que dispõem as concessionárias estaduais para fazerem novos investimentos e para pagamento do serviço da dívida contratada.

Entretanto, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte extinguiu o Imposto Único sobre Energia Elétrica. Em seu lugar, foi instituído o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é recolhido por consumidores que tenham na energia elétrica alguma fonte de renda ou elemento para a realização de comércio.

O consumidor normal, aquele que paga a conta de luz apenas porque liga a televisão de sua casa, não sentirá qualquer diferença, mas a região onde está localizado este hipotético consumidor vai sofrer muito. Ocorre que este novo ICMS não é um tributo exclusivo, nem representa uma receita vinculada. O atual IUÉE é recolhido pela União e forçosamente vinculado e aplicado em novos investimentos no setor elétrico. O futuro ICMS vai se constituir em tributo a ser distribuído a Estados ou Municípios sem qualquer vinculação quanto a seu destino final.

Para as regiões mais desenvolvidas, cujos Municípios, em sua totalidade, estão eletrificados, o novo tributo sem vinculação não importa, pois os acréscimos a eletricificar são marginais.

Entretanto, para as áreas em desenvolvimento, nas quais as carências por estradas, água e saneamento, saúde e educação básicas são priorizadas, a eletrificação e o conseqüente desenvolvimento serão somente atingidos a longo prazo.

Se o setor elétrico já passa por dificuldades notórias por causa de tarifas que não correspondem à realidade, a extinção do IUÉE significará um golpe de morte nas pretensões nacionais de desenvolvimento. O Imposto Único sobre Energia Elétrica foi o principal sustentáculo financeiro das empresas de desenvolvimento do setor elétrico. Porque as tarifas em função de repercussões sociais mal cobrem os custos operacionais, os novos investimentos — que significam na prática a construção de hidrelétricas e linhas de transmissão — vão ficar esquecidos.

As regiões ricas do Brasil podem, em verdade, dispensar a existência do IUÉE, porque nestas áreas há recursos suficientes para realizar novos investimentos. As regiões mais carentes, no entanto, vão se transformar em colônias energéticas do sul/sudeste, uma vez que não mais disporão dos recursos necessários para realizar investimentos no setor. Situações de racionamento como a já existente no Nordeste e em algumas partes da Amazônia e do Centro-Oeste, tenderão a se agravar.

Há, ainda, um outro efeito perverso: a substituição do IUÉE pelo ICMS ensejará a transferência do encargo financeiro do imposto para a parcela mais desfavorecida da sociedade, ou seja, os consumidores finais, o povo. Com efeito, o ICMS é imposto indireto, os contribuintes de direito são o industrial e o comerciante, mas, o contribuinte de fato, que suporte seu encargo financeiro, é o consumidor final. Isto não acontece com o IUÉE que é imposto direto, pago e suportado por quem consome a energia.

Beneficiados mesmo com a mudança serão os donos de capital — industriais e comerciantes —, que terão direito a se creditar do imposto pago nas operações anteriores, recebendo significativo alívio nos fluxos de caixa e a certeza de que a população arcará integralmente com o ICMS.

Este é o panorama que se desenha para os próximos anos se, de fato, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte mantiver a extinção do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

(+) CARLOS NASCIMENTO  
ENGENHEIRO ELETRICISTA, É O DIRETOR DA  
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A.  
ELETRONORTE